



BUROCRACIA SINDICAL APOSTA NA VIA IMOBILISTA DAS MESAS DE NEGOCIAÇÃO COM O NUNES/ MDB

Boletim nº 30 - 30/07/2025

O funcionalismo público no Brasil vive um período de enorme retrocesso das suas conquistas trabalhistas, seguindo o mesmo curso da reforma trabalhista que rebaixou a força de trabalho na esfera privada. Diante dessa conjuntura de ataques dos governos, são inúmeras as greves que culminaram em derrotas para os trabalhadores, em todas as partes são comuns, a disposição de luta da classe para defender suas condições de vida e manutenção dos seus direitos e a traição das direções sindicais, que não apenas colocam obstáculos para o desenvolvimento da luta de classes, como passam a trair abertamente os movimentos grevistas, o último exemplo foi a greve dos servidores do DF. O que essas direções sindicais têm em comum é o abandono completo dos métodos históricos de luta e da independência de classe, pois estão submetidas as alianças eleitorais em torno do governo de frente ampla Lula/Alckmin. Toda e qualquer disposição de luta é canalizada para a defesa da democracia burguesa. As burocracias mobilizam para as urnas e não para a luta!

No município de São Paulo não é diferente, os últimos anos foram de enorme retrocesso das conquistas trabalhistas, desde a reforma da previdência que aumentou o tempo de trabalho, ampliou o desconto previdenciário e impôs o confisco aos aposentados, até a ampliação dos contratos precarizados, redução das faltas abonadas, redução e maior controle das licenças médicas e um enorme arrocho salarial, com “reajustes” que não cobrem sequer a inflação do período, a exemplo do acordo firmado na campanha salarial deste ano. E por fim, a lei 18.221/24 que avança no projeto privatista, com o objetivo de não mais apenas destruir conquistas trabalhistas, mas aniquilar com o serviço público e conseqüentemente com os servidores de carreira, portanto, essa lei configura-se por completo como uma reforma trabalhista.

Esse quadro de destruição do serviço público, que atinge em especial a saúde, a assistência social e a educação era para ser respondida com um poderoso movimento unitário do funcionalismo por meio dos métodos da luta de classes, da ação direta (paralisações, greves, ocupações), que fosse capaz de combater a terceirização e privatização que é projeto de governo da direita e extrema direita, que tem destruído as carreiras públicas e ofertado à população um serviço cada vez mais precarizado.

No entanto, o que observamos é um movimento que vai na contramão da luta de classes. A direção do SINPEEM/ COEDUC tem investido cada vez mais no divisionismo, isolando a educação com argumentos corporativistas que são assimilados pelos professores/gestores e quadro de apoio na ilusão de que a educação tem verba própria e carreira diferenciada, sem perceber que o projeto privatista passa por cima que qualquer carreira e que as verbas públicas são desviadas a revelia dos governos para

garantir em última instância o parasitismo financeiro do pagamento da dívida pública.

Após a derrota na campanha salarial deste ano, com o mísero reajuste de aproximadamente 5% parcelado em 2 anos, além da derrota política do direito de greve, em que Nunes/MDB em acordo com as direções sindicais conseguiu impor pela via judicial 60 dias de quarentena da luta e o desconto de parte dos dias de greve, a projeção para o segundo semestre é de continuidade e intensificação do imobilismo, já que, enquanto as direções se voltam para ações na justiça, agora o governo joga novamente a isca das “mesas de enrolação”, que foi mordida pelos burocratas que se encontram totalmente presos à conciliação de classes, ou seja, submetidos a negociar nos marcos da política burguesa, com a categoria desmobilizada, o que significa nenhuma pressão das bases, ou seja, apenas com base nas “concessões provisórias” que os governos estão disposto a fazer para impor seu objetivo maior, que é o da privatização.

Sobretudo, nós, da Unidade independente classista e combativa (UICC), conclamamos a vanguarda que atua no SINPEEM, a combater essa via imobilista que nos levará a mais derrotas, sustentada pela falsa ilusão de que é possível arrancar conquistas aos trabalhadores por meio da justiça burguesa ou das negociações sem luta, que quando ocorrem a exemplo da suspensão do afastamento dos diretores de escola, não passam de desvios momentâneos no percurso da política burguesa, que logo em seguida é retomada com outras estratégias que não alteram em nada a essência da política privatista. Só se pode combater de verdade a política burguesa de Nunes, Tarcísio e Lula, que é de ataque à vida das massas assalariadas, com a luta de classes, por meio da mais ampla unidade sustentada por um plano comum de reivindicações, que passa primeiramente pela defesa do emprego a todos com estabilidade por meio da efetivação de todos os contratados/terceirizados (única medida capaz de acabar a terceirização) e concurso público para os novos cargos, um salário mínimo de acordo com as necessidades de manutenção de uma família, que segundo o DIEESE está no valor de R\$ 7.416,07, e a manutenção das conquistas trabalhistas com isonomia de direitos.

ABAIXO À BUROCRACIA DO SINPEEM! PELA RECUPERAÇÃO DO NOSSO INSTRUMENTO DE LUTA PARA OS TRABALHADORES!

ASSEMBLEIA JÁ! POR UM CONGRESSO SINDICAL QUE SIRVA PARA ORGANIZAR A LUTA DOS TRABALHADORES! ABAIXO AO CONGRESSO FESTIVO E DISTRACIONISTA!

VIVA A RESISTÊNCIA DO POVO PALESTINO! IMPOR A RUPTURA DE TODOS OS ACORDOS E RELAÇÕES ENTRE BRASIL E ISRAEL COM A LUTA DE CLASSES!

UNIDADE INDEPENDENTE, CLASSISTA E COMBATIVA



PPRI
Partido Proletário
Revolucionário
Internacionalista



INDEPENDENTES